

CONTRATO CEDAE N.º 007 /2019 (DF)que entre si celebram a **COMPANHIA
ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE**
e a **POTENCIAL SEGURADORA S/A**

A **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS (CEDAE)**, sociedade de economia mista, com sede nesta Cidade, na Av. Presidente Vargas, 2655, Cidade Nova, CEP 20.210-030, registrada na JUCERJA sob o n.º 5.000, em 14 de agosto de 1975, inscrita no CNPJ sob o n.º 33.352.394/0001-04, por meio de seus diretores ao final assinados, Diretor Presidente, Sr. HÉLIO CABRAL MOREIRA, Diretor Responsável pela Diretoria Administrativa Financeira e de Relações com Investidores, Sr. HUMBERTO DE MELLO FILHO, doravante denominada **CEDAE**, e a **POTENCIAL SEGURADORA S/A**, sediada na Avenida Raja Gabaglia, 1.143, 18º, 19º e 20º andares, Bairro Luxemburgo, Belo Horizonte - MG, CEP nº 30.380-403, inscrita no CNPJ sob o n.º 11.699.534/0001-74, neste ato por meio de seus diretores, Sr. RICARDO NASSIF GREGÓRIO, portador da cédula de identidade MG-1.746.138, inscrito no CPF nº 551.952.296-00, e Sr. CARLOS FERREIRA QUICK, portador da cédula de identidade MG-6511358, inscrito no CPF nº 014.389.376-95, resolvem celebrar o presente Contrato, com fundamento no processo administrativo nº E-07/100.708/2017, que se regerá pelas normas da Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002, pelo Decreto Estadual nº 31.864, de 16/09/2002, com a aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666, de 21/06/1993, com as alterações resultantes da Lei Federal nº 8.883/94 e da Lei Federal nº 9.648/98, pela Lei Estadual nº 287, de 04/12/79, pelo Decreto Estadual nº 3.149/80 e pelo instrumento convocatório, aplicando-se a este contrato suas disposições irrestrita e incondicionalmente, bem como pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

A CONTRATADA obriga-se a executar, para a CEDAE, a prestação de serviços de "**SEGURO FIANÇA LOCATÍCIA DE GALPÃO LOCALIZADO NA AV. BRASIL 51.100**", obedecendo aos itens, subitens e Anexos do Edital de Licitação por Pregão Eletrônico nº 378/2018, que integra o presente Contrato, ainda que neste não transcrito, bem como todas as instruções fornecidas pela CEDAE e, no que couber, as disposições legais e regulamentares em vigor, especialmente as normas relacionadas com execução, fiscalização, aceitação, penalidades, rescisão contratual e pagamentos, estabelecidas neste contrato.

Parágrafo Único - A cobertura do seguro se encontra descrita na apólice de nº _____.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO

O prazo de vigência do contrato será de **12 (doze) meses** contados a partir do dia seguinte da autorização expressa expedida pela CEDAE (Ordem de Início), que será emitida após a publicação do extrato do instrumento no Diário Oficial. O prazo de vigência do contrato será vinculado à vigência da apólice de seguro.

Parágrafo Único - O contrato poderá ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses, de acordo com o que preceitua o inciso II do artigo 57, da Lei 8.666/93.

CLAUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CEDAE

Constituem obrigações da CEDAE: realizar os pagamentos devidos à CONTRATADA, nas condições estabelecidas neste contrato e na apólice; fornecer à CONTRATADA documentos, informações e demais elementos que possuir, pertinentes à execução do presente contrato; exercer a fiscalização do contrato; receber provisória e definitivamente o objeto do contrato nas formas definidas.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações da **CONTRATADA**, além de outras a serem estabelecidas na apólice de seguro:

Parágrafo Primeiro - Apresentar, sempre que exigido pela **CEDAE**, as provas de que estão sendo cumpridas as disposições legais e as normas emitidas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), mediante declaração expedida pelos referidos órgãos, dentro da data de validade;

Parágrafo Segundo - Será obrigação da **CONTRATADA** manter durante toda a execução do CONTRATO, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme Art. 55, inciso XIII da Lei 8.666/93, modificada pela Lei 8.883/94.

Parágrafo Terceiro - Pagar todos os tributos e contribuições que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre o Contrato ou seu objeto;

Parágrafo Quarto - A **CONTRATADA** deverá responder quanto às coberturas contratadas e aos limites máximos de responsabilidade do seguro estabelecidos na apólice.

Parágrafo Quinto - Cumprir todos os prazos e disposições previstas neste contrato, na apólice emitida, bem como todas as obrigações previstas na legislação e na normatização específica;

Parágrafo Sexto - A **CONTRATADA** se obriga, especificamente, a aceitar nas mesmas condições contratuais o prescrito nos parágrafos 1º e 2º do Art. 65 (sessenta e cinco) da Lei 8.666/93 e suas alterações, quanto aos acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até os limites nela estabelecidos.

Parágrafo Sétimo - Cumprir todas as obrigações e encargos sociais trabalhistas e demonstrar o seu adimplemento, na forma da cláusula oitava.

Parágrafo Oitavo - Observar o Código de Ética da **CEDAE** vigente ao tempo desta contratação, o qual deverá ser consultado por intermédio do sítio www.cedae.com.br ou solicitado a Comissão de Fiscalização do contrato, assegurando-se de que seus representantes legais e que todos os profissionais envolvidos na execução do serviço pautem seu comportamento e sua atuação pelos princípios nele constantes;

Parágrafo Nono - Observar o cumprimento do quantitativo de pessoas com deficiência, estipulado pelo art. 93, da Lei Federal nº 8.213/91.

Parágrafo Décimo - A **CONTRATADA** deverá, na forma do disposto na Lei Estadual nº 7.258, de 12/04/2016, preencher os postos de trabalho com pessoas portadores de deficiência ou necessidades especiais, respeitando o contido no art. 7º, inciso XXXI, da Constituição Federal, na seguinte proporção indicada no art. 93, da Lei nº. 8.213, de 24/07/1991:

- I - de cem a duzentos postos de trabalho, 2% (dois por cento);
- II - de duzentos e um a quinhentos postos de trabalho, 3% (três por cento);
- III - de quinhentos e um a mil postos de trabalho, 4% (quatro por cento);
- IV - mais de mil postos de trabalho, 5% (cinco por cento).

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício de 2019, assim classificados:

Programa de Trabalho: 2200022016
Código Orçamentário: 33.90.39.10
Fonte de Recursos: 10
Conta Contábil: 116170001
Centro de Custos: DP22020000
ID da Reserva Orçamentária: 2019000028.

Parágrafo Único - As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

CLÁUSULA SEXTA - VALOR DO CONTRATO E REAJUSTAMENTO

Av. Pres. Vargas, 2655. Cidade Nova. Rio de Janeiro.
CEP 20.210-030 / www.cedae.com.br



O valor do prêmio a ser pago para a emissão da apólice contratada para ao período contratual, será de **R\$ 32.800,00 (Trinta e dois mil e oitocentos reais)**.

Parágrafo Primeiro - A apólice poderá ser renovada por iguais e sucessivos períodos, até o limite máximo de 60 (sessenta) meses, desde que a proposta de renovação apresentada pela seguradora seja vantajosa para a CEDAE.

Parágrafo Segundo - Os valores contratuais serão irrevogáveis durante toda a vigência do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

O contrato deverá ser executado fielmente, de acordo com as cláusulas avençadas, nos termos do instrumento convocatório e da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial.

Parágrafo Primeiro - A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por comissão constituída de 3 (três) membros, devidamente habilitados, designados pelo Diretor Presidente da CEDAE. Deverão ser obedecidas toda e qualquer orientação da referida Comissão, durante toda a execução dos serviços.

Parágrafo Segundo - O objeto do contrato será recebido em tantas parcelas quantas forem ao do pagamento, na seguinte forma:

a) provisoriamente, pela comissão a que se refere o parágrafo segundo, a qual verificará quanto ao cumprimento de todas as cláusulas contratuais, emitindo parecer circunstanciado, assinado pelas partes, que deverá ser elaborado no prazo de 15 (quinze) dias após a entrega do serviço;

a.1 - A emissão do TERMO DE ACEITAÇÃO PROVISÓRIA, ocorrerá antes da liberação do pagamento da última parcela prevista no cronograma físico-financeiro do contrato, observando-se os seguintes procedimentos:

a.2 - A empresa contratada deverá comunicar à CEDAE, por meio de carta redigida em papel timbrado, que o objeto pactuado se encontra em condições de ter a sua posse transferida ou o resultado dos serviços executados entregues, mesmo que aquela entenda que existam ressalvas quanto ao cumprimento das obrigações contratuais por parte da CEDAE.

a.3 - As ressalvas deverão ser consignadas na citada carta e esta será encaminhada à CEDAE juntamente com a fatura relativa à última medição realizada do contrato e os documentos exigidos no contrato para a realização do pagamento. A Comissão de fiscalização não poderá conceder à contratada o recibo simplificado de adimplemento da última etapa/parcela do cronograma físico-financeiro se não estiver acompanhada da respectiva carta.

a.4 - Se após 10 (dez) dias contados a partir da conclusão da última etapa, a contratada omitir-se ou recusar-se em realizar a comunicação da condição de transferência de posse do objeto pactuado ou o resultado dos serviços executados à CEDAE, o Gerente do Contrato deverá notificá-la, por meio de carta registrada com aviso de recebimento, sobre a obrigação de manifestar-se pela efetiva comunicação, informando acerca do inadimplemento de sua obrigação e da consequente suspensão do prazo para pagamento.

a.5 - Persistindo a recusa da contratada em se manifestar, por meio de carta redigida em papel timbrado, quanto à notificação recebida, o prazo de pagamento referente última fatura ficará suspenso.

a.6 - Será considerado "adimplemento" a conclusão, pela contratada, de cada etapa (ou parcela) prevista no cronograma físico-financeiro acompanhada da apresentação de todos os documentos exigidos no contrato para a realização do correspondente pagamento.

a.7 - Representante da CEDAE, após a conclusão de cada etapa/parcela, e no momento da apresentação de todos os documentos necessários ao pagamento da despesa, fornecerá à contratada recibo simplificado, com a listagem dos documentos recebidos. Na ausência de qualquer documento,



exigido no contrato, não será fornecido o referido recibo.

a.8 - De imediato, o representante da CEDAE encaminhará os documentos recebidos à Comissão de Fiscalização do Contrato, para que esta, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da entrega do recibo à contratada, verifique a veracidade e a correção das informações neles contidas e, se for o caso, efetive a atestação da fatura. Qualquer incorreção nos documentos apresentados pela contratada ensejará a suspensão do prazo para pagamento da fatura pela Comissão de Fiscalização.

a.9 - A veracidade e a correção das informações contidas nos comprovantes de recolhimento de tributos e contribuições sociais serão verificadas no setor de Contas a Pagar da CEDAE quando do encaminhamento da fatura para pagamento.

a.10 - Caberá a Comissão de Fiscalização do Contrato notificar a contratada quanto ao seu atraso nas providências necessárias à obtenção do adimplemento, fazendo-o ao menos uma vez, caso este supere 10 (dez) dias contados da conclusão da respectiva etapa. As notificações feitas pela CEDAE poderão ocorrer de modo simplificado, por correspondência eletrônica (e-mail) ou carta, exceto na última etapa/parcela, deverão ser registradas no processo.

b) definitivamente, após parecer circunstanciado emitido por comissão designada para este fim, após decorrido o prazo de 90 (noventa) dias de observação e vistoria, contados a partir da data de emissão do parecer de que trata a alínea anterior, que comprove o exato cumprimento das obrigações contratuais.

b.1 - A empresa contratada, após assinatura do Termo de Aceitação Provisória, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, deverá solicitar à CEDAE, por meio de carta redigida em papel timbrado, que o objeto pactuado seja aceito definitivamente.

b.2.- De igual modo, a contratada deverá apresentar declaração de que a CEDAE possui ou não pendências de pagamento, dando-lhe a quitação financeira do contrato.

b.3 - No caso de omissão ou recusa da contratada em solicitar à CEDAE a Aceitação Definitiva do objeto contratado, o Gerente do Contrato deverá notificá-la, por meio de carta registrada com aviso de recebimento, sobre a necessidade de manifestar-se pela efetiva solicitação em no máximo 15 (quinze) dias, contados a partir do recebimento da notificação.

b.4 - Persistindo a recusa da contratada em se manifestar, por meio de carta redigida em papel timbrado, quanto à notificação recebida, o Gerente do Contrato reterá a Garantia Contratual, se houver.

b.5 - Compete ao Gerente do Contrato, quando couber, o acompanhamento e o controle dois prazos de vencimentos das apólices de seguro-garantia ou carta de fiança correspondente às garantias contratuais apresentadas pela contratada.

b.6 - A inobservância do item anterior poderá ensejar apuração de responsabilidade, caso a perda da garantia contratual resulte em prejuízos para a CEDAE.

Parágrafo Terceiro - O representante da CEDAE, sob pena de ser responsabilizado administrativamente, anotará em registro próprio as ocorrências relativas à execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 10 (dez) dias, para ratificação.

Parágrafo Quarto - A CONTRATADA declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a lhes fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que este necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

Parágrafo Quinto - A instituição e a atuação da fiscalização do serviço objeto do contrato não exclui ou atenua a responsabilidade da CONTRATADA, nem a exime de manter fiscalização própria.

Parágrafo Sexto - A execução dos serviços terá início a partir do dia seguinte da autorização expressa expedida pela CEDAE (Ordem de Início).

Parágrafo Sétimo - Não será admitida a cessão, a sub-rogação ou a subcontratação dos serviços.

contratados. A subcontratação será admitida somente por motivo de fato superveniente e mediante aprovação prévia e expressa da CEDAE.

Parágrafo Oitavo - A CONTRATADA compromete-se em atender todas as determinações da Fiscalização da CEDAE.

Parágrafo Nono - A Fiscalização da execução dos serviços caberá à CEDAE, através de prepostos por ela indicados, o que não eximirá a CONTRATADA de sua total e indivisível responsabilidade.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESPONSABILIDADE

A **CONTRATADA** é responsável por danos causados à **CEDAE** ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

Parágrafo Primeiro - A contratada será obrigada a reapresentar a Certidão Negativa de Débito e Tributos e Contribuições Federais, que abrange, inclusive, as contribuições sociais previstas nas alíneas "a" a "d", do parágrafo único, do art. 11, da Lei nº 8.212, de 1991, do Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), assim como a certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou das respectivas certidões positivas com efeito de negativas, sempre que expirados os prazos de validade.

Parágrafo Segundo - A ausência da apresentação dos documentos mencionado no Parágrafo Terceiro ensejará a imediata expedição de notificação à CONTRATADA, assinalando o prazo de 10 (dez) dias para a cabal demonstração do cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias e para a apresentação de defesa, no mesmo prazo, para eventual aplicação da penalidade de advertência, na hipótese de descumprimento total ou parcial destas obrigações no prazo assinalado.

Parágrafo Terceiro - Permanecendo a inadimplência total ou parcial o contrato será rescindido.

Parágrafo Quarto - No caso do parágrafo terceiro, será expedida notificação à CONTRATADA para apresentar prévia defesa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, para dar início ao procedimento de rescisão contratual e de aplicação da penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de 1 (um) ano.

CLÁUSULA NONA - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento devido em decorrência da execução dos serviços objeto deste Contrato será efetuado em 01 (uma) parcela, mediante crédito em conta bancária mantida pela CONTRATADA no Banco Bradesco S.A., cujo número e agência deverão ser informados no Formulário Solicitação de Cadastro de Credor, conforme Anexo VII deste edital.

Parágrafo Primeiro - No caso do licitante vencedor estar estabelecido em localidade que não possua agência da instituição financeira contratada pelo Estado ou caso verificada pela CEDAE a impossibilidade de o licitante, em razão da negativa expressa da instituição financeira contratada pelo Estado, abrir ou manter conta corrente naquela instituição financeira, o pagamento poderá ser feito mediante crédito em conta corrente de outra instituição financeira. Nesse caso, eventuais ônus financeiros e/ou contratuais adicionais serão suportados exclusivamente pela futura contratada.

Parágrafo Segundo - Os pagamentos devidos pela CEDAE à CONTRATADA somente serão autorizados após a declaração de recebimento da execução do objeto, mediante atestação, na forma do art. 90, § 3º, da Lei nº 287/79.

Parágrafo Terceiro - O pagamento da fatura, acompanhada do documento de cobrança, será efetuado pela CEDAE, em uma única parcela, em até 20 (vinte) dias úteis após a homologação da licitação, contados a partir da aceitação da apólice e da data da entrega do documento de crédito, isento de erros, à Comissão de Fiscalização. devendo a fatura ser aceita (atestada) ou recusada no máximo em 03 (três) dias pela fiscalização, após a apresentação da mesma.

Parágrafo Quarto - Em até 20 (vinte) dias úteis após a Homologação da Licitação, a seguradora deverá emitir e entregar a apólice à CEDAE - Companhia Estadual de Águas e Esgotos, acompanhada do texto integral das condições gerais, especiais e particulares, bem como de todas as demais cláusulas e condições aplicáveis ao seguro objeto da apólice. O pagamento do prêmio será realizado em uma única parcela.

Parágrafo Quinto - Sempre que expirados os prazos de validade a Contratada deverá apresentar a Certidão Negativa de Débito e Tributos e Contribuições Federais, que abrange, inclusive, as contribuições sociais previstas nas alíneas "a" a "d", do parágrafo único, do art. 11, da Lei nº 8.212, de 1991, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), bem como a certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou das respectivas certidões positivas com efeito de negativas,

Parágrafo Sexto - Satisfeitas as obrigações previstas nos Parágrafos Terceiro, Quarto e Quinto, o prazo para pagamento será de 20 (vinte) dias úteis, contados a partir da data da entrega do documento de crédito, isento de erros, à Comissão de Fiscalização.

Parágrafo Sétimo - Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer fatura por culpa da contratada, o prazo de 20 (vinte) dias úteis ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação.

Parágrafo Oitavo - Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à CONTRATADA, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IGP-M e juros moratórios de 0,5% ao mês, calculado *pro rata die*, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste edital serão feitos mediante desconto de 2,0% ao mês *pro rata die*.

Parágrafo Nono - Na forma da Lei Estatual nº 7.258, de 2016, caso a contratada não esteja aplicando o regime de cotas de que trata o parágrafo nono da cláusula quarta da Minuta de Contrato, suspender-se-á o pagamento devido, até que seja sanada a irregularidade apontada pelo órgão de fiscalização do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, desde que por força de circunstância superveniente, nas hipóteses previstas no artigo 65, da Lei nº 8.666/93, mediante termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido por ato unilateral da CEDAE, pela inexecução total ou parcial de suas cláusulas e condições, nos termos dos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666/93, sem que caiba à CONTRATADA direito a indenizações de qualquer espécie.

Parágrafo Primeiro - A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, cabendo à Administração o reconhecimento de seus direitos em caso de rescisão administrativa, conforme Art. 55, inciso IX e Art. 77 da Lei 8.666/93, modificada pela Lei 8.883/94.

Parágrafo Segundo - O não cumprimento de cláusulas contratuais; a falência; a cessão, a sub-rogação, a subcontratação dos serviços, constituem causas para rescisão do contrato, de acordo com o Art. 78 da Lei 8.666/93, modificada pela Lei 8.883/94.

Parágrafo Terceiro - A rescisão de que tratam os artigos 77 e 78, I a XII e XVII, da Lei 8.666/93, modificada pela Lei 8.883/94, se opera por ato unilateral da CEDAE (Art. 79, inciso I) sem que caiba à CONTRATADA, em hipótese alguma ou a qualquer título, direito à indenização a não ser o pagamento das parcelas realmente executadas e aprovadas pela Fiscalização da CEDAE.

Parágrafo Quarto - Não havendo culpa da CONTRATADA para a ocorrência da rescisão, fará ela jus ao ressarcimento dos prejuízos regularmente comprovados, de conformidade com o parágrafo 2º do Art. 79 da Lei 8.666/93, modificada pela Lei 8.883/94.

Parágrafo Quinto - Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado a CONTRATADA o direito ao contraditório e a prévia e ampla defesa.

Parágrafo Sexto - A declaração de rescisão deste contrato, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, operará seus efeitos a partir da publicação em Diário Oficial.

Parágrafo Sétimo - Na hipótese de rescisão do contrato, além das demais sanções administrativas,

cabíveis, ficará a CONTRATADA sujeita à multa de 10% (dez por cento) incidente sobre o saldo reajustado dos serviços não executados, sem prejuízo da retenção de créditos, e das perdas e danos que forem apurados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES

O contratado que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame; ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta; falhar ou fraudar na execução do contrato; comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e de contratar com a Administração Pública Estadual direta e indireta, ficando suspenso do Cadastro de Fornecedores da CEDAE por um período de até 5 (cinco) anos sem prejuízo das multas previstas em edital, contrato e das demais cominações legais.

Parágrafo Primeiro - A inexecução dos serviços, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitará o contratado, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverá(ão) ser graduada(s) de acordo com a gravidade da infração:

- a) advertência;
- b) multa administrativa;
- c) suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública Estadual Direta e Indireta, nos termos do inciso III do art. 87 da Lei nº 8.666/93, bem como punidos com as sanções previstas no art. 7º da Lei nº 10.520/02.
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública em geral, assim considerados todos os Entes Federativos.

Parágrafo Segundo - A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida.

- a) Quando a penalidade envolver prazo ou valor, a natureza e a gravidade da falta cometida também deverão ser considerados para a sua fixação.

Parágrafo Terceiro - A imposição das penalidades é de competência exclusiva do órgão licitante.

- a) a advertência e a multa, previstas nas alíneas "a" e "b", do parágrafo primeiro desta cláusula, serão impostas pelo Ordenador de Despesa, na forma do art. 35, parágrafo único do Decreto Estadual nº 3.149/80.
- b) a suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração Pública Estadual Direta e Indireta, prevista na alínea "c" do Parágrafo Primeiro, será imposta pelo Presidente desta Companhia, na forma do art. 35, parágrafo único do Decreto Estadual nº 3.149/80.
- c) a aplicação da sanção prevista na alínea "d", é de competência exclusiva do Secretário de Estado De Obras.

Parágrafo Quarto - A multa administrativa, prevista na alínea b, do Parágrafo Primeiro:

- a) corresponderá, individualmente, ao percentual de até 5% (cinco por cento) calculado sobre o valor do Contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração cometida;
- b) deverá, nas reincidências específicas, corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato, conforme preceitua o artigo 87 do Decreto Estadual n.º 3.149/80.
- c) poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra penalidade;

- d) não tem caráter compensatório, não se confundindo, portanto, com as multas por atraso e por inadimplemento contratual, que poderão ser aplicadas cumulativamente à multa administrativa;

Parágrafo Quinto - A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de

contratar,, prevista na alínea c, do Parágrafo Primeiro, observará o seguinte:

a) não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;

b) sem prejuízo de outras hipóteses, deverá ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito do respectivo valor, no prazo devido.

Parágrafo Sexto - A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro, prevista na alínea d, do Parágrafo Primeiro, perdurará pelo tempo em que os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos causados.

a) A reabilitação poderá ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

Parágrafo Sétimo - O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a CONTRATADA à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o saldo não atendido do contrato, respeitado o limite do art. 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral, com aplicação da multa por inadimplemento ou das sanções administrativas.

Parágrafo Oitavo - O valor das multas previstas na alínea b, do Parágrafo Primeiro e do Parágrafo Sétimo, aplicadas cumulativamente ou de forma independente, será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrado judicialmente.

Parágrafo Nono - A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

Parágrafo Décimo - A aplicação de qualquer sanção será antecedida de intimação do interessado que indicará a infração cometida, os fatos e os fundamentos legais pertinentes para a aplicação da penalidade, assim como a penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso.

a) Ao interessado será garantido o contraditório e a defesa prévia.

b) A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação da defesa.

b.1) A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 5 (cinco) dias úteis, no caso de aplicação das penalidades previstas nas alíneas a, b e c, do Parágrafo Primeiro, e no prazo de 10 (dez) dias, no caso da alínea d, do mesmo parágrafo.

c) Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

Parágrafo Décimo Primeiro - Os licitantes, adjudicatários e contratados que forem penalizados com as sanções de suspensão e impedimento, previstas na alínea "c" do caput desta cláusula, ficarão impedidos de contratar especificamente com a CEDAE, enquanto os penalizados com a declaração de inidoneidade, prevista na alínea "d", ficarão impedidos de contratar com a Administração Pública, direta e indireta, de todos os demais Entes Federativos, e isso enquanto perdurarem os efeitos da respectiva penalidade.

Parágrafo Décimo Segundo - As penalidades serão registradas pela CEDAE no seu Cadastro de Fornecedores, e comunicadas à Subsecretaria de Recursos Logísticos da SEPLAG.

Parágrafo Décimo Terceiro - Após o registro mencionado no parágrafo acima, deverá ser remetido para a Coordenadoria de Cadastros da Subsecretaria de Recursos Logísticos da SEPLAG o extrato de publicação no Diário Oficial do Estado do ato de aplicação das penalidades citadas na alínea "d" do caput desta cláusula, de modo a possibilitar a formalização da extensão dos seus efeitos para todos os órgãos e entidades da Administração Pública em geral.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: EXTINÇÃO UNILATERAL DO CONTRATO

A CEDAE poderá denunciar o contrato por motivo de interesse público ou celebrar, amigavelmente, o seu distrato na forma da lei; a rescisão, por inadimplemento das obrigações da CONTRATADA poderá ser declarada unilateralmente após garantido o devido processo legal, mediante decisão motivada.

Parágrafo Primeiro - A denúncia e a rescisão administrativa deste contrato, em todos os casos em que admitidas, independem de prévia notificação judicial ou extrajudicial e operarão seus efeitos a partir da publicação do ato no Diário Oficial do Estado.

Parágrafo Segundo - Na hipótese de rescisão administrativa, além das demais sanções cabíveis, a CEDAE poderá: a) reter, a título de compensação, os créditos devidos à contratada e cobrar as importâncias por ela recebidas indevidamente; b) cobrar da contratada multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o saldo reajustado dos serviços não executados e; c) cobrar indenização suplementar se o prejuízo for superior ao valor da multa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO RECURSO AO JUDICIÁRIO

As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à CONTRATADA, inclusive as perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando superiores à garantia prestada ou aos créditos que a CONTRATADA tenha em face da CONTRATANTE, que não comportarem cobrança amigável, serão cobrados judicialmente.

Parágrafo Único - Caso a CEDAE tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a CONTRATADA ficará sujeito ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor do litígio, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: EXCEÇÃO DE INADIMPLEMENTO

Constitui cláusula essencial do presente contrato, de observância obrigatória por parte da CONTRATADA, a impossibilidade, perante a CEDAE, de opor, administrativamente, exceção de inadimplemento, como fundamento para a interrupção unilateral do serviço.

Parágrafo Primeiro - É vedada a suspensão do contrato a que se refere o art. 78, XV da Lei 8.666/93, pela CONTRATADA, sem prévia autorização judicial.

Parágrafo Segundo - A suspensão do contrato, a que se refere o art. 78, XIV, da Lei nº 8.666/93, se não for objeto de prévia autorização da Administração, de forma a não prejudicar a continuidade dos serviços públicos, deverá ser requerida judicialmente, mediante demonstração dos riscos decorrentes da continuidade da execução do contrato, sendo vedada a sua suspensão por decisão unilateral da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO

Após a assinatura do contrato deverá seu extrato ser publicado, no prazo de 20 (vinte) dias, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, correndo os encargos por conta da **CEDAE**, devendo ser encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado para conhecimento, cópia do contrato no prazo de 15 dias contados após sua publicação, conforme Deliberação TCE-RJ n. 280/2017.

Parágrafo Primeiro - O presente instrumento só terá validade após sua publicação no órgão de Divulgação Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

Parágrafo Segundo - O extrato da publicação deverá conter a identificação do instrumento, partes, objeto, prazo, valor, data da assinatura, fundamento do ato.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS MEDIDAS DE INTEGRIDADE

Parágrafo Primeiro - Na execução do presente Contrato é vedado às partes, dentre outras condutas:

a) Prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público ou a quem quer que seja;



- b) Criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para celebrar o presente Contrato;
- c) Obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações do presente Contrato, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;
- d) Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro do presente Contrato; ou
- e) De qualquer maneira fraudar o presente Contrato; assim como realizar quaisquer ações ou omissões que constituam prática ilegal ou de corrupção, nos termos da Lei nº 12.846/2013 (conforme alterada) ou de quaisquer outras leis ou regulamentos aplicáveis ("Leis Anticorrupção"), ainda que não relacionadas com o presente Contrato.

Parágrafo Segundo - A **CONTRATADA** compromete-se a respeitar, cumprir e fazer cumprir, no que couber, o Código de Ética e Conduta da CEDAE, presente no link: www.cedae.com.br/governancacorporativa.

Parágrafo Terceiro - A violação aos parágrafos primeiro e segundo pelos administradores, empregados ou prestadores de serviços da **CONTRATADA**, a depender da gravidade da infração e dos danos causados à CEDAE, acarretará na aplicação das sanções administrativas previstas no contrato, rescisão unilateral e/ou ressarcimento de perdas e danos apurados.

Parágrafo Quarto - A comunicação imediata à CEDAE de eventual violação aos parágrafos primeiro e segundo, acompanhada das medidas tomadas pela **CONTRATADA**, suficientes para sanar a violação, desde que preservados os negócios da CEDAE, sua imagem e reputação, serão consideradas como atenuantes para o fim previsto no parágrafo anterior.

Parágrafo Quinto - A **CONTRATADA** se obriga a possuir e manter programa de integridade nos termos da disciplina conferida pela Lei Estadual n.º 7.753/2017 e eventuais modificações e regulamentos subsequentes, consistindo tal programa no "*conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com o objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a Administração Pública*".

Parágrafo Sexto - O programa de integridade será obrigatório nos contratos com prazo de vigência igual ou superior a 180 (cento e oitenta) dias cujo valor ultrapasse R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais), para compras e serviços, ou R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), para obras e serviços de engenharia; sendo facultativo nos demais casos.

Parágrafo Sétimo - A **CONTRATADA** que não possuir o programa de integridade já implantado deverá constituir-lo no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias contados da assinatura deste contrato.

Parágrafo Oitavo - O não atendimento ao disposto no parágrafo sétimo implicará na aplicação de multa moratória de 0,02%, por dia, incidente sobre o valor do contrato.

Parágrafo Nono - O montante correspondente à soma dos valores básicos das multas moratórias será limitado a 10% do valor do contrato.

Parágrafo Décimo - O não cumprimento da exigência durante o período contratual acarretará na impossibilidade da contratação da empresa com a Administração Direta e Indireta do Estado do Rio de Janeiro até a sua regular situação.

Parágrafo Décimo Primeiro - O cumprimento da exigência da implantação não implicará ressarcimento das multas aplicadas.

Parágrafo Décimo Segundo - Caberá ao Gerente do Contrato, sem prejuízo de suas demais atribuições, conforme estabelecido no artigo 11 da Lei Estadual 7.753 de 02/10/2017, fiscalizar a aplicabilidade de seus dispositivos.

Parágrafo Décimo Terceiro - As ações e deliberações do Gerente do Contrato não poderão implicar interferência na gestão das empresas nem ingerência de suas

competências, devendo ater-se a responsabilidade de aferir a implantação do Programa de Integridade por meio de prova documental emitida pela **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - EXIGÊNCIAS LEGALMENTE OBRIGATÓRIAS

A CONTRATADA indica como responsável pelos serviços, ora contratados, Ricardo Nassif Gregório Identidade Nº MG- 1.746.138, que fica autorizado a representá-la, perante a CEDAE, em tudo que se relacionar à matéria dos serviços.

Parágrafo Primeiro - A CONTRATADA obriga-se a manter o profissional indicado na Cláusula anterior como Responsável na direção dos trabalhos até o final da sua execução. A substituição do Responsável Técnico poderá ser feita por outro, a juízo exclusivo da CEDAE, de igual lastro de experiência e capacidade.

Parágrafo Segundo - Para todos os fins de direito, obrigações e responsabilidades das partes, vinculam-se ao presente contrato a apólice do seguro, a proposta de preços da contratada, o edital da licitação por Pregão Eletrônico - 378/2018 - ASL-DP (Processo E-07/100.708/201) e todos os seus anexos, como se neles tivessem transcritos.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO DE ELEIÇÃO

Fica eleito o Foro da Cidade do Rio de Janeiro, comarca da Capital, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em 3 (três) vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

Rio de Janeiro, 04 de Fevereiro de 2019.


Pela **CEDAE**:


HÉLIO CABRAL MOREIRA
Diretor Presidente

HUMBERTO DE MELLO FILHO
Respondendo pela Diretoria Administrativa Financeira e de Relações com Investidores

Pela **CONTRATADA**:


RICARDO NASSIF GREGÓRIO
Diretor
Ricardo Nassif Gregório
Diretor


CARLOS FERREIRA QUICK
Diretor
Carlos Ferreira Quick
Diretor Executivo Comercial

TESTEMUNHAS:

Nome: _____ RG: _____

Nome:  _____ RG: 2753620

Ref. contr- Potencial-Seguradora-S.A.-contratação-seguro-fiança -locatícia- PE -378-2018-PMMPQ

Ana Paula Silva Souza
CPF: 129.025.996-84

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR PEDRO CEZAR FERNANDES DE SOUZA, matrícula nº 1616, para exercer o Cargo de Confiança de Assistente de Divisão da Diretoria Industrial, Simbólico CC-08, desta Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Niterói, 07 de fevereiro de 2019

JOSÉ CLÁUDIO CARDOSO URURAHY
 Diretor-Presidente

PORTARIA PR-Nº 29 DE 07 DE FEVEREIRO DE 2019

NOMEIA SERVIDOR PARA OS FINS QUE MENCIONA.

O DIRETOR-PRESIDENTE DA IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Empresa Pública vinculada à Secretaria de Estado da Casa Civil e Governança, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR RODRIGO BARBOSA DE SOUSA para exercer o Cargo de Confiança de Auxiliar de Divisão da Diretoria Industrial, símbolo CC-09, desta Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Niterói, 07 de fevereiro de 2019

JOSÉ CLÁUDIO CARDOSO URURAHY
 Diretor-Presidente

Id: 2162147

CENTRO DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

RETIFICAÇÃO
 D.O. DE 06/02/2019
 PAGINA 4 - 2ª COLUNA
 DESPACHO DO DIRETOR
 DE 04/02/2019

PROCESSO Nº E-05/446110/87 - GILSON FERREIRA

Onde se lê: ... aos períodos de 30/06/87 a 27/06/87, ...
 Leia-se: ... aos períodos de 30/06/87 a 27/06/92...

Id: 2162071

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA
FUNDAÇÃO CENTRO ESTADUAL DE ESTATÍSTICAS,
PESQUISAS E FORMAÇÃO DE SERVIDORES
PÚBLICOS DO RIO DE JANEIRO

ATOS DA PRESIDENTE
DE 17/01/2019

ANDERSON DA CONCEIÇÃO SILVA, ID Funcional nº 2606298-4, CPF nº 996.028.497-20, nascido em 09/06/1970, do sexo masculino, portador da carteira de identidade nº 16473, expedida pelo CBMERJ, PIS/PASEP nº 17031276371, nomeado para exercer o cargo em comissão de Assessor, Símbolo DAS-7, da Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro, vinculada à Secretaria de Estado da Casa Civil e Governança, da Chefia do Poder Executivo, por Ato do Secretário do Estado do Rio de Janeiro, de 16/01/2019, publicado no D. O. de 17/01/2019, em retificação no D. O. de 25/01/2019, em validade de 07/01/2019 e tomou posse em 17/01/2019.

ANDRÉA CAVALCANTE CARNEIRO DE BARCELOS, ID Funcional nº 5096206-0, CPF nº 028.588.557-96, nascida em 08/11/1976, do sexo feminino, portadora da carteira de identidade nº 104138961, expedida pelo DETRAN/RJ, PIS/PASEP nº 12601689589, nomeada para exercer o cargo em comissão de Assessor, Símbolo DAS-7, da Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro, vinculada à Secretaria de Estado da Casa Civil e Governança, da Chefia do Poder Executivo, por Ato do Secretário do Estado do Rio de Janeiro, de 16/01/2019, publicado no D. O. de 17/01/2019, em validade de 07/01/2019 e tomou posse em 17/01/2019.

CARINA MOTTÁ DE QUEIROZ, ID Funcional nº 5012199-5, CPF nº 113.348.587-13, nascida em 30/03/1993, do sexo feminino, portadora da carteira de identidade nº 272169038, expedida pelo DETRAN/RJ, PIS/PASEP nº 19043560088, nomeada para exercer o cargo em comissão de Assistente I, Símbolo DAS-6, da Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro, vinculada à Secretaria de Estado da Casa Civil e Governança, da Chefia do Poder Executivo, por Ato do Secretário do Estado do Rio de Janeiro, de 16/01/2019, publicado no D. O. de 17/01/2019, em validade de 07/01/2019 e tomou posse em 17/01/2019.

VITOR DE MIRANDA PADUA, ID Funcional nº 4270570-3, CPF nº 091.188.117-44, nascido em 13/02/1993, do sexo masculino, portador da carteira de identidade nº 147254, expedida pela OAB/RJ, PIS/PASEP nº 13122994774, nomeado para exercer o cargo em comissão de Assistente I, Símbolo DAS-6, da Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro, vinculada à Secretaria de Estado da Casa Civil e Governança, da Chefia do Poder Executivo, por Ato do Secretário do Estado do Rio de Janeiro, de 16/01/2019, publicado no D. O. de 17/01/2019, em validade de 08/01/2019 e tomou posse em 17/01/2019.

DENISE TEIXEIRA PINTO TELLES FERNANDES, ID Funcional nº 2715434-3, CPF nº 636.588.957-72, nascida em 24/04/1959, do sexo feminino, portadora da carteira de identidade nº 06499, expedida pelo CRP/RJ, PIS/PASEP nº 17025272246, nomeada para exercer o cargo em comissão de Coordenador, Símbolo DAS-8, da Coordenadoria de Tecnologia Educacional, da Escola de Gestão e Políticas Públicas, da Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro, vinculada à Secretaria de Estado da Casa Civil e Governança, da Chefia do Poder Executivo, por Ato do Secretário do Estado do Rio de Janeiro, de 16/01/2019, publicado no D. O. de 17/01/2019, em validade de 01/01/2019 e tomou posse em 17/01/2019.

PEDRO CARLOS BOTELHO DA SILVA, ID Funcional nº 5098225-7, CPF nº 139.758.287-14, nascido em 17/01/1976, do sexo masculino, portador da carteira de identidade nº 241959592, expedida pelo DETRAN/RJ, PIS/PASEP nº 20762499022, nomeado para exercer o cargo em comissão de Assistente I, Símbolo DAS-6, da Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro, vinculada à Secretaria de Estado da Casa Civil e Governança, da Chefia do Poder Executivo, por Ato do Secretário do Estado do Rio de Janeiro, de 16/01/2019, publicado no D. O. de 17/01/2019, em validade de 08/01/2019 e tomou posse em 17/01/2019.

LUCIANO PEREIRA MENDONÇA, ID Funcional nº 5098333-4, CPF nº 071.470.987-57, nascido em 17/01/1976, do sexo masculino, portador da carteira de identidade nº 201210982, expedida pelo CREARJ, PIS/PASEP nº 12710192561, nomeado para exercer o cargo em comissão de Assistente I, Símbolo DAS-6, da Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro, vinculada à Secretaria de Estado da Casa Civil e Governança, da Chefia do Poder Executivo, por Ato do Secretário do Estado do Rio de Janeiro, de 16/01/2019, publicado no D. O. de 17/01/2019, em validade de 08/01/2019 e tomou posse em 17/01/2019.

RODRIGO SOUZA SANTOS DAVID, ID Funcional nº 5098214-1, CPF nº 098.411.447-51, nascido em 15/01/1983, do sexo masculino, portador da carteira de identidade nº 160587, expedida pela OAB/RJ, PIS/PASEP nº 12871597601, nomeado para exercer o cargo em comissão de Assistente I, Símbolo DAS-6, da Fundação Centro Estadual

de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro, vinculada à Secretaria de Estado da Casa Civil e Governança, da Chefia do Poder Executivo, por Ato do Secretário do Estado do Rio de Janeiro, de 16/01/2019, publicado no D. O. de 17/01/2019, em validade de 07/01/2019 e tomou posse em 17/01/2019.

MARCELO GOMES DE AZEVEDO, ID Funcional nº 5084743-0, CPF nº 601.454.046-68, nascido em 11/07/1968, do sexo masculino, portador da carteira de identidade nº 09580863-0, expedida pelo DETRAN/RJ, PIS/PASEP nº 17003768478, nomeado para exercer o cargo em comissão de Assistente I, Símbolo DAS-6, da Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro, vinculada à Secretaria de Estado da Casa Civil e Governança, da Chefia do Poder Executivo, por Ato do Secretário do Estado do Rio de Janeiro, de 16/01/2019, publicado no D. O. de 17/01/2019, em validade de 08/01/2019 e tomou posse em 17/01/2019.

NATAN MEDEIROS FALBO, ID Funcional nº 5098338-5, CPF nº 117.323.837-68, nascido em 18/05/1995, do sexo masculino, portador da carteira de identidade nº 248182594, expedida pelo DETRAN/RJ, PIS/PASEP nº 13258968807, nomeado para exercer o cargo em comissão de Chefe de Departamento, Símbolo DAS-7, do Departamento de Memória e Documentação, da Coordenadoria de Gestão da Informação, da Diretoria de Cooperação Técnica e Desenvolvimento Institucional, da Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro, vinculada à Secretaria de Estado da Casa Civil e Governança, da Chefia do Poder Executivo, por Ato do Secretário do Estado do Rio de Janeiro, de 16/01/2019, publicado no D. O. de 17/01/2019, em validade de 08/01/2019 e tomou posse em 17/01/2019.

PATRICK WILLIAM DE CAMARGO MONTEIRO, ID Funcional nº 5098226-5, CPF nº 134.714.397-14, nascido em 09/11/1990, do sexo masculino, portador da carteira de identidade nº 256486473, expedida pelo DETRAN/RJ, PIS/PASEP nº 13178680623, nomeado para exercer o cargo em comissão de Assistente I, Símbolo DAS-6, da Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro, vinculada à Secretaria de Estado da Casa Civil e Governança, da Chefia do Poder Executivo, por Ato do Secretário do Estado do Rio de Janeiro, de 16/01/2019, publicado no D. O. de 17/01/2019, em validade de 07/01/2019 e tomou posse em 17/01/2019.

YURI GUEDES MAIA, ID Funcional nº 5095703-1, CPF nº 150.790.597-10, nascido em 05/06/1992, do sexo masculino, portador da carteira de identidade nº 225053545, expedida pelo DETRAN/RJ, PIS/PASEP nº 21276262606, nomeado para exercer o cargo em comissão de Assessor, Símbolo DAS-7, da Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro, vinculada à Secretaria de Estado da Casa Civil e Governança, da Chefia do Poder Executivo, por Ato do Secretário do Estado do Rio de Janeiro, de 16/01/2019, publicado no D. O. de 17/01/2019, em validade de 01/01/2019 e tomou posse em 17/01/2019.

GUSTAVO REZENDE FERREIRA, ID Funcional nº 5098218-4, CPF nº 134.841.307-03, nascido em 07/11/1989, do sexo masculino, portador da carteira de identidade nº 217225932, expedida pelo DETRAN/RJ, PIS/PASEP nº 14669604275, nomeado para exercer o cargo em comissão de Assessor, Símbolo DAS-7, da Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro, vinculada à Secretaria de Estado da Casa Civil e Governança, da Chefia do Poder Executivo, por Ato do Secretário do Estado do Rio de Janeiro, de 16/01/2019, publicado no D. O. de 17/01/2019, em validade de 07/01/2019 e tomou posse em 17/01/2019.

MATHEUS COUTINHO CLASS DE SOUZA, ID Funcional nº 5098308-3, CPF nº 141.439.987-18, nascido em 29/07/1993, do sexo masculino, portador da carteira de identidade nº 24902277-3, expedida pelo DETRAN/RJ, PIS/PASEP nº 19043245987, nomeado para exercer o cargo em comissão de Assistente I, Símbolo DAS-6, da Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro, vinculada à Secretaria de Estado da Casa Civil e Governança, da Chefia do Poder Executivo, por Ato do Secretário do Estado do Rio de Janeiro, de 16/01/2019, publicado no D. O. de 17/01/2019, em validade de 08/01/2019 e tomou posse em 17/01/2019.

BEATRIZ LOMBA DE PINHO, ID Funcional nº 5098370-9, CPF nº 146.591.327-05, nascida em 24/04/1996, do sexo feminino, portadora da carteira de identidade nº 2659132706, expedida pelo DETRAN/RJ, PIS/PASEP nº 23828508010, nomeada para exercer o cargo em comissão de Assistente I, Símbolo DAS-6, da Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro, vinculada à Secretaria de Estado da Casa Civil e Governança, da Chefia do Poder Executivo, por Ato do Secretário do Estado do Rio de Janeiro, de 16/01/2019, publicado no D. O. de 17/01/2019, em validade de 07/01/2019 e tomou posse em 17/01/2019.

FÁBIO SOARES PEREIRA, ID Funcional nº 5094824-5, CPF nº 080.371.967-12, nascido em 24/09/1977, do sexo masculino, portador da carteira de identidade nº 109146733, expedida pelo IPFRJ, PIS/PASEP nº 19061030695, nomeado para exercer o cargo em comissão de Chefe de Divisão, Símbolo DAS-6, da Divisão de Reprografia, do Departamento de Material e Serviços, da Coordenadoria Administrativa Operacional, da Diretoria Administrativa e Financeira, da Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro, vinculada à Secretaria de Estado da Casa Civil e Governança, da Chefia do Poder Executivo, por Ato do Secretário do Estado do Rio de Janeiro, de 16/01/2019, publicado no D. O. de 17/01/2019, em validade de 08/01/2019 e tomou posse em 17/01/2019.

NESTOR DE SOUZA CALDEIRA, ID Funcional nº 584489-4, CPF nº 362.493.517-87, nascido em 07/01/1954, do sexo masculino, portador da carteira de identidade nº 27774, expedida pelo PMERJ, PIS/PASEP nº 10075835107, nomeado para exercer o cargo em comissão de Assessor, Símbolo DAS-7, da Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro, vinculada à Secretaria de Estado da Casa Civil e Governança, da Chefia do Poder Executivo, por Ato do Secretário do Estado do Rio de Janeiro, de 16/01/2019, publicado no D. O. de 17/01/2019, em validade de 08/01/2019 e tomou posse em 17/01/2019.

CARLOS EDUARDO GONÇALVES DE CARVALHO DE CASTRO, ID Funcional nº 5098372-5, CPF nº 104.456.207-22, nascido em 22/10/1985, do sexo masculino, portador da carteira de identidade nº 157.559, expedida pelo OAB/RJ, PIS/PASEP nº 15241633273, nomeado para exercer o cargo em comissão de Assessor-Chefe, Símbolo DAS-8, da Assessoria Jurídica, da Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro, vinculada à Secretaria de Estado da Casa Civil e Governança, da Chefia do Poder Executivo, por Ato do Secretário do Estado do Rio de Janeiro, de 16/01/2019, publicado no D. O. de 17/01/2019, em validade de 22/01/2019 e tomou posse em 22/01/2019.

DE 21/01/2019

FLAVIO DE ANDRADE PINTO, ID Funcional nº 50302688, CPF nº 075.513.107-03, nascido em 16/05/1977, do sexo masculino, portador da carteira de identidade nº 102878642, expedida pelo IPFRJ/RJ, PIS/PASEP nº 113.908.181-65, nomeado para exercer o cargo em comissão de Coordenador, Símbolo DAS-8, da Coordenadoria Administrativa Operacional, da Diretoria Administrativa e Financeira, da Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro, vinculada à Secretaria de Estado da Casa Civil e Governança, da Chefia do Poder Executivo, por Ato do Secretário do Estado do Rio de Janeiro, de 16/01/2019, publicado no D. O. de 21/01/2019, em validade de 08/01/2019 e tomou posse em 21/01/2019.

HELLEN SARAPU, ID Funcional nº 3223994-7, CPF nº 374.097.007-34, nascida em 04/03/1954, do sexo feminino, portadora da carteira de identidade nº 3583, expedida pelo CRB7, PIS/PASEP nº 10079640920, nomeada para exercer o cargo em comissão de Secretário I, Símbolo DA-4, da Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro, vinculada à Secretaria de Estado da Casa Civil e Governança, da Chefia do Poder Executivo, por Ato do Secretário do Estado do Rio de Janeiro, de 18/01/2019, publicado no D. O. de 21/01/2019, em validade de 07/01/2019 e tomou posse em 21/01/2019.

FERNANDO DIAS DA SILVA, ID Funcional nº 5098368-7, CPF nº 102.834.527-57, nascido em 04/02/1983, do sexo masculino, portador da carteira de identidade nº 200448371, expedida pelo DETRAN/RJ, PIS/PASEP nº 19036662055, nomeado para exercer o cargo em comissão de Assistente I, Símbolo DAS-6, da Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro, vinculada à Secretaria de Estado da Casa Civil e Governança, da Chefia do Poder Executivo, por Ato do Secretário do Estado do Rio de Janeiro, de 18/01/2019, publicado no D. O. de 21/01/2019, em validade de 17/01/2019 e tomou posse em 21/01/2019.

DE 22/01/2019

HELTON DA FONSECA MARINS, ID Funcional nº 5098390-3, CPF nº 057.247.117-37, nascido em 08/02/1984, do sexo masculino, portador da carteira de identidade nº 042772-G/RJ, expedida pelo CREFRJ, PIS/PASEP nº 12794036620, nomeado para exercer o cargo em comissão de Assistente II, Símbolo DA-6, da Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro, vinculada à Secretaria de Estado da Casa Civil e Governança, da Chefia do Poder Executivo, por Ato do Secretário do Estado do Rio de Janeiro, de 21/01/2019, publicado no D. O. de 22/01/2019, em validade de 08/01/2019 e tomou posse em 22/01/2019.

MARCUS VINICIUS CAVALCANTI BARBOSA, ID Funcional nº 4413707-9, CPF nº 073.090.057-67, nascido em 17/10/1976, do sexo masculino, portador da carteira de identidade nº 102473584, expedida pelo IPFRJ, PIS/PASEP nº 12600493821, nomeado para exercer o cargo em comissão de Chefe de Departamento, Símbolo DAS-7, do Departamento de Projetos Especiais, da Coordenadoria de Modernização e Desenvolvimento Institucional, da Diretoria de Cooperação Técnica e Desenvolvimento Institucional, da Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro, vinculada à Secretaria de Estado da Casa Civil e Governança, da Chefia do Poder Executivo, por Ato do Secretário do Estado do Rio de Janeiro, de 21/01/2019, publicado no D. O. de 22/01/2019, em validade de 07/01/2019 e tomou posse em 22/01/2019.

DE 23/01/2019

GILBERT DA SILVA SERAFIM, ID Funcional nº 4180390, CPF nº 016.353.437-83, nascido em 24/12/1970, do sexo masculino, portador da carteira de identidade nº 0092425149, expedida pelo DETRAN/RJ, PIS/PASEP nº 12222037796, nomeado para exercer o cargo em comissão de Secretário I, Símbolo DA-4, da Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro, vinculada à Secretaria de Estado da Casa Civil e Governança, da Chefia do Poder Executivo, por Ato do Secretário do Estado do Rio de Janeiro, de 22/01/2019, publicado no D. O. de 23/01/2019, em validade de 21/01/2019 e tomou posse em 23/01/2019.

DE 24/01/2019

NÉLIO MONTEIRO CAMPOS, ID Funcional nº 2018125-6, CPF nº 004.709.367-62, nascido em 28/12/1959, do sexo masculino, portador da carteira de identidade nº 50914, expedida pelo PMERJ, PIS/PASEP nº 17035417328, nomeado para exercer o cargo em comissão de Assessor-Chefe, Símbolo DAS-8, da Assessoria de Relações Institucionais, da Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro, vinculada à Secretaria de Estado da Casa Civil e Governança, da Chefia do Poder Executivo, por Ato do Secretário do Estado do Rio de Janeiro, de 24/01/2019, publicado no D. O. de 24/01/2019, em validade de 18/01/2019 e tomou posse em 24/01/2019.

DE 25/01/2019

ROBSON LUIZ SUETH DE OLIVEIRA, ID Funcional nº 5098488-8, CPF nº 017.288.007-25, nascido em 01/08/1957, do sexo masculino, portador da carteira de identidade nº 814265336, expedida pelo IPFRJ, PIS/PASEP nº 105632855-37, nomeado para exercer o cargo em comissão de Coordenador, Símbolo DAS-8, da Coordenadoria de Gestão da Informação, da Diretoria de Cooperação Técnica e Desenvolvimento Institucional, da Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro, vinculada à Secretaria de Estado da Casa Civil e Governança, da Chefia do Poder Executivo, por Ato do Secretário do Estado do Rio de Janeiro, de 24/01/2019, publicado no D. O. de 25/01/2019, em validade de 08/01/2019 e tomou posse em 25/01/2019.

DE 29/01/2019

SIDNEY CRISANTO ANSELMO, ID Funcional nº 5098595-7, CPF nº 072.941.937-11, nascido em 09/08/1976, do sexo masculino, portador da carteira de identidade nº 080059934, expedida pelo DETRAN/RJ, PIS/PASEP nº 18221259972, nomeado para exercer o cargo em comissão de Secretário I, Símbolo DA-4, da Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro, vinculada à Secretaria de Estado da Casa Civil e Governança, da Chefia do Poder Executivo, por Ato do Secretário do Estado do Rio de Janeiro, de 28/01/2019, publicado no D. O. de 29/01/2019, em validade de 24/01/2019 e tomou posse em 29/01/2019.

BEATRIZ BATISTA SOARES GONÇALVES PEREIRA, ID Funcional nº 5098592-2, CPF nº 144.828.567-46, nascida em 05/01/1995, do sexo feminino, portadora da carteira de identidade nº 2571615, expedida pelo DETRAN/RJ, PIS/PASEP nº 21060222655, nomeada para exercer o cargo em comissão de Assessor, Símbolo DAS-7, da Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro, vinculada à Secretaria de Estado da Casa Civil e Governança, da Chefia do Poder Executivo, por Ato do Secretário do Estado do Rio de Janeiro, de 29/01/2019, publicado no D. O. de 29/01/2019, em validade de 23/01/2019 e tomou posse em 29/01/2019.

Id: 2161929

FUNDAÇÃO CENTRO ESTADUAL DE ESTATÍSTICAS,
PESQUISAS E FORMAÇÃO DE SERVIDORES
PÚBLICOS DO RIO DE JANEIRO

DESPACHOS DA PRESIDENTE
DE 05/02/2019

PROCESSO Nº FESP-6953/1984 - SERGIO MURILLO SATURNINO BRAGA, ID Funcional nº 2715388-6, Agente Auxiliar Administrativo, CONCEDO 03 (três) meses de Licença Especial relativa ao período base de 15/01/2014 a 14/01/2019.

PROCESSO E-04/168/100618/2018 - LILIANE MACEDO CAVALCANTI, Assistente Técnico, ID funcional nº 2715825-7, CONCEDO Abono de Permanência, tendo em vista do cumprimento dos pressupostos estabelecidos no art. 19 do art. 40 da Constituição Federal de 1988, acrescido pela EC nº 41/03, com eficácia a contar de 14/12/2018.

Id: 2162090

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE
DE 28/12/2018

DESIGNA FERNANDO ANTONIO PORTES SERRANO, Assessor de Logística Chefe, como Presidente, **FERNANDA DA SILVA PACHECO SILVA**, Contadora B, e **JOSIANI SANTOS OLIVEIRA MACH**, Agente de Sanamento H, como membros titulares e **LUIZ ANDRÉ BASTOS DA SILVA**, Contador C, como membro suplente. Gerente do Contrato **PAULO FERREIRA DE OLIVEIRA**, Agente Administrativo B e **MARIA DA GLORIA DA CONCEIÇÃO BENETTI**, Técnico de Contabilidade II, como suplente, para compor a Comissão de Fiscalização destinada ao "SEGURO FIADOR" da ALPA, em virtude da extinção do Contrato **AVANÇADA 51000**, de que trata o Processo nº E-07/100.708/2017, Ordem de Serviço "E" nº 15.391/2018.

Id: 2162078

AVISOS, EDITAIS E
TERMOS DE CONTRATOS

Gabinete do Governador

GABINETE DO GOVERNADOR
EXTRATO DE TERMO

INSTRUMENTO: Convênio de Cooperação.
DATA DA ASSINATURA: 28 de Janeiro de 2019.
PARTE: O Estado do Rio de Janeiro, doravante denominado ESTADO, o Departamento de Trânsito do Estado do Rio de Janeiro, doravante denominado DETRAN-RJ, a Secretaria Municipal de Transportes e o Município do Rio de Janeiro, doravante denominado Município.
OBJETO: A delegação ao MUNICÍPIO das atribuições concernentes à fiscalização de Trânsito e à atuação e aplicação de medidas administrativas, penalidades e multas por infrações de trânsito e a atuação ao exercício de poder de polícia em decorrência das competências outorgadas ao ESTADO pelo art. 22, incisos V e VI do CTB, e passíveis de delegação ao Município, competindo, exclusivamente ao delegatário durante o período de tais atividades dentro de seu território.
PRAZO: 12 (doze) meses, contados da data de sua publicação em extrato no Diário Oficial, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos através de Termos Aditivos.
Referência: Processo nº E-12/040/14/2018.

Id: 2161951

Vice Governadoria do Estado

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO
DO RIO DE JANEIRO
EDITAL

O DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - DETRAN-RJ NOTIFICA a empresa PROCEL CENTRAL DE SERVIÇOS LTDA, CNPJ nº 17.109.291/0001-51, que, ante o desconhecimento da localização desta, esta Autarquia se valerá do instituto da compensação, visando ressarcimento ao erário dos valores ainda pendentes referentes a agosto e setembro do exercício de 2013, abatendo a diferença dos pagamentos devidos pela Administração em favor do Grupo Procel, conforme apurado no processo administrativo nº E-12/061/10/20/2015.

Id: 2162135

Secretaria de Estado da
Casa Civil e Governança

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: Contrato CEDAE nº 008/2019 (DF).
PARTE: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e a ICSEER INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - EPP.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE BLOQUEADORES PARA TUBULAÇÃO DE ESGOTO TIPO CONE DUPLO, INFLÁVEL E MULTIDIMENSIONAL.
PRAZO: 30 (trinta) dias.

VALOR TOTAL: R\$ 138.444,42 (cento e sessenta e nove mil quatrocentos e quarenta e quatro reais e quarenta e dois centavos).
DATA DE ASSINATURA: 04/02/2019.
FUNDAMENTO: PROCESSO Nº E-07/100.655/2017 (Pregão Eletrônico nº 380/2018).

Id: 2162079

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: Contrato CEDAE nº 007/2019 (DF).
PARTE: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e a POTENCIAL SEGURADORA S/A.
OBJETO: SEGURO FIANÇA LOCALIZAÇÃO DE GALPÃO LOCALIZADO NA AVENIDA BRASIL 51.100.
PRAZO: 12 (doze) meses.
VALOR: R\$ 32.800,00 (trinta e dois mil e oitocentos reais).
DATA DE ASSINATURA: 04/02/2019.
FUNDAMENTO: PROCESSO Nº E-07/100.708/2017 (Pregão Eletrônico nº 378/2018).

Id: 2162080

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

INSTRUMENTO: 6º Termo Aditivo ao Contrato Múltiplo nº 9912243868.
PARTE: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE e a EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS - ECT.
OBJETO: Incluir no Contrato Múltiplo nº 9912243868 o serviço Encomendas Nacionais - 2.1 OF.
PRAZO: Sem alteração do prazo contratual.
VALOR: R\$ 12.000,00 (doze mil reais).
DATA DE ASSINATURA: 10/01/2019.
FUNDAMENTO: Processo nº E-17/100.492/2014.

Id: 2161866

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
AVISO

CONTRATO CEDAE Nº 0100/2015 (DF).
PARTE: Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE e ATRIO SERVICE TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA
DECISÃO: A Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE resolve, por meio de seu Diretor Presidente, notificar a contratada que, a partir da data desta publicação, INDEFERE o recurso administrativo interposto pela Atrio Service Tecnologia e Serviços LTDA, através da Carta sin, de 24/01/2019, autuada às fls. 26 a 28 da CI GER-ADM nº 091/2018, MANTENDO a penalidade de ADVERTÊNCIA, nos termos do art. 87 da Lei nº 8.666/93, expressamente fixado na Cláusula Décima Terceira do Contrato.

Id: 2161909

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
ASSESSORIA DE LICITAÇÕES
AVISO

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: CN Nº 009/2018-ASL-1.1
OBJETO: "MELHORIA NA REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA EM DIVERSAS LOCALIDADES NO MUNICÍPIO DE BELFORD ROXO".
A ASSESSORIA DE LICITAÇÕES comunica que encontra-se à disposição dos interessados, no site www.cedae.com.br/licitacao, a ERRATA Nº 3 ao edital.

Id: 2162021

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
ASSESSORIA DE LICITAÇÕES
AVISO

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: CN Nº 012/2018-ASL-1.1
OBJETO: "COMPLEMENTAÇÃO DAS OBRAS DE MELHORIA OPERACIONAL NO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA SEDE DO MUNICÍPIO DE BARRA DO PIRAI - MUNICÍPIO BARRA DO PIRAI - RJ".

A ASSESSORIA DE LICITAÇÕES comunica que encontra-se à disposição dos interessados, no site www.cedae.com.br/licitacao, a ERRATA Nº 1 ao edital.

Id: 2162012

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
AVISO

CONTRATO CEDAE Nº 056/2016 (DF)
PARTE: Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE e ATRIO SERVICE TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA
DECISÃO: A Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE resolve, por meio de seu Diretor Presidente, notificar a contratada que, a partir da data desta publicação, INDEFERE o recurso administrativo interposto pela Atrio Service Tecnologia e Serviços Ltda, através da Carta sin, de 24/01/2019, autuada às fls. 29 a 31, da CI GER-ADM nº 091/2018, MANTENDO a penalidade de ADVERTÊNCIA, nos termos do art. 87 da Lei nº 8.666/93, expressamente fixado na Cláusula Décima Terceira do Contrato.

Id: 2161910

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
AVISO

CONTRATO CEDAE Nº 035/2015 (DP)
PARTE: Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE e Empresa NELSON WILLIAMS & ADVOGADOS ASSOCIADOS
DECISÃO: A Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE resolve, por meio de seu Diretor-Presidente, a partir da data desta publicação, APLICAR A SANÇÃO DE MULTA de 1% (um por cento) sobre o Contrato em epígrafe, no valor de R\$ 9.360,00 (nove mil, trezentos e sessenta reais), com fulcro na alínea "b", da Cláusula Décima-Segunda, bem como no Parágrafo Terceiro do referido contrato e no art. 87 da Lei nº 8.666/93, considerando que a defesa prévia interposta através da Carta sin nº enviada à Comissão de Fiscalização do contrato em referência e autuada às fls. 16 a 113 da Correspondência Interna ACC-ASJ-4 nº 223/2019, pouco alterou a conclusão anterior pela aplicação da multa, com prazo de 05 (cinco) dias úteis para apresentação do recurso, sem efeito suspensivo.

Id: 2161911

Secretaria de Estado de
Governo e Relações InstitucionaisSECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO E RELAÇÕES
INSTITUCIONAISCÂMARA METROPOLITANA DE INTEGRAÇÃO
GOVERNAMENTAL DO RIO DE JANEIRO

COMITÊ GESTOR DA ESTRATÉGIA DE DISSEMINAÇÃO DO BUILDING INFORMATION MODELLING NO RIO DE JANEIRO ESTRATÉGIA BIM RJ

EDITAL

O PRESIDENTE DO COMITÊ GESTOR DA ESTRATÉGIA DE DISSEMINAÇÃO DO BUILDING INFORMATION MODELLING NO RIO DE JANEIRO - ESTRATÉGIA BIM RJ, no uso da competência que lhe atribui o artigo 6º do Decreto nº 46.471, de 24 de outubro de 2018, publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro de 25 de outubro de 2018, CONVOCA todos os seus membros, definidos no art. 5º do referido Decreto, para a 1ª Reunião Ordinária do Exercício de 2019, no dia 21 de Fevereiro do corrente ano, das 14 às 18 horas, no Auditório do Prédio Anexo, Palácio Guanabara, localizado a Rua Pinheiro Machado, s/nº - Laranjeiras. Favor confirmar presença pelos telefones (21) 2334-3666/3660 ou pelo email apasmarias.metropolitana@segov.rj.gov.br. Solicitamos que os Gestores dos Órgãos participantes do referido Comitê que ainda não tiverem encaminhado ofício informando a permanência ou substituição dos membros anteriormente indicados, que o faça imprimeiramente até o dia 13 de fevereiro de 2019.

Id: 2162005

Secretaria de Estado de Fazenda

CONSELHO DE CONTRIBUINTES
PROTOCOLO

AVISO

DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS POR SORTEIO PARA AS CÂMARAS

Será realizada no dia 13 de fevereiro de 2019, às 12h00min, através de sorteio efetuado na presença da Secretária Geral e de dois Conselheiros, a distribuição para as Câmaras dos seguintes Recursos:

RECURSO	PROCESSO	NOME / RAZÃO SOCIAL
50996E-04/161112/2011		KEILA CALÇADOS E COMPLEMENTOS LTDA- 3ª NÃO
55633E-04/037/000479/2013		MANGUINHOS DISTRIBUIDORA S/A 3ª e 2ª NÃO
59134E-04/038/000007/2013		SCHLUMBERGER SERVICOS DE PETROLEO LTDA - 1ª SIM
64065E-04/063516/2007		REFINARIA DE PETROLEOS DE MANGUINHOS SA- 4ª NÃO
64532E-04/066/000483/2013		PLAYVENDER DISTRIBUIDORA DE HIGIENE E LIMPEZA LTDA 1ª E 3ª NÃO
65367E-04/038/000043/2014		CP ATIVOS RJ MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA - 2ª SIM
67202E-04/010/000312/2016		DESK MOVEIS ESCOLARES E PRODUTOS PLASTICOS LTDA 3ª NÃO
67203E-04/010/000313/2016		DESK MOVEIS ESCOLARES E PRODUTOS PLASTICOS LTDA- 3ª NÃO
69846E-04/033/001275/2016		VENTURA DO RIO COMERCIO DE METAIS LTDA- 4ª NÃO
70326E-04/024/001749/2016		ANA E FABIO COMERCIO DE GAS LTDA ME - 2ª NÃO
71440E-04/038/000397/2016		SCHLUMBERGER SERVICOS DE PETROLEO LTDA- 4ª NÃO
71866E-04/044/000223/2017		UP SMART VENDING OPERADORA DE MAQUINAS AUTOMATICAS LTDA- 1ª NÃO
72172E-04/038/001105/2017		PARKER HANFIFIN INDUSTRIA E COMERCIO LTDA 1ª NÃO
72206E-04/038/000479/2016		BAKER HUGHES DO BRASIL LTDA - 2ª NÃO
72216E-04/046/003689/2018		CERVEJARIA PETROPOLIS S/A - 3ª NÃO
72391E-04/038/000199/2017		DE CELMA LTDA 3ª NÃO
73256E-04/041/003157/2017		RACHEL GUERSTEIN NUDELMAN
73257E-04/039/000720/2017		COR BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO S A
73258E-04/037/000807/2017		PETROBRAS DISTRIBUIDORA S/A
73259E-04/039/000721/2017		COR BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO S A
73260E-04/046/101760/2018		JAMEF TRANSPORTES EIRELI
73261E-04/034/100392/2018		CASAS GUANABARA COMESTIVEIS LTDA
73262E-04/034/001718/2018		PREMIUM INDUSTRIA. COMERCIO E PARTICIPACAO LTDA
73263E-04/037/000808/2017		PETROBRAS DISTRIBUIDORA S/A
73264E-04/248450/2011		A PAIVA DA COSTA ARMARINHO E MANUTENCAO
73265E-04/034/000566/2017		CERFEAIS BRAMIL LTDA
73266E-04/038/000725/2017		COR BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO S A
73267E-04/034/002859/2017		VIDROFLEX VIDROS E ACESSORIOS LTDA ME
73268E-04/034/100920/2018		SENDAS DISTRIBUIDORA S/A
73269E-04/041/001293/2018		LIECIL FERREIRA DE OLIVEIRA
73270E-04/043/000075/2018		M H M DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA
73271E-04/008/100041/2018		SJW COMERCIAL DO BRASIL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI
73272E-04/039/000723/2017		COR BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO S A
73273E-04/039/000724/2017		COR BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO S A
73274E-04/040/000301/2018		TELLERINA COMERCIO DE PRESENTES E ARTIGOS PARA DECORACAO S/A
73275E-04/034/004897/2017		BONNO PAPEIS INDUSTRIA E COMERCIO EIRELI ME
73276E-04/043953/2012		ARI PESSANHA MONTEIRO
73277E-04/039/000722/2017		COR BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO S A
73278E-04/041/000883/2016		BENJAMIN MARIO BAPTISTA FILHO
73280E-04/016/001959/2017		QUEBRA VENTO INDUSTRIA E COMERCIO DE ROUPAS LTDA
73281E-04/040/001149/2017		VIA VAREJO S/A
73282E-04/029/000183/2018		RIO ONIBUS COMERCIO DE VEICULOS LTDA EPP